

Educação Geográfica Para a Cidadania na Perspectiva do Currículo de Teresina/Piauí/Brasil

Geographic Education For Citizenship From The Perspective of The Curriculum of Teresina/Piauí/Brazil

Miguel da Silva Neto^{1 2}

Francisca Djalma Pereira Rodrigues e Silva³

Raimundo Lenilde de Araújo⁴

Resumo

Educar para a cidadania significa formar pessoas autônomas, que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres em sociedade, a partir de discussões científicas realizadas em situações de ensino-aprendizagem escolar por meio da mediação didática. Nesse contexto, o texto tem como objetivo discutir a contribuição da disciplina Geografia, enquanto integrante da estrutura curricular utilizada na rede municipal de ensino de Teresina/PI, como possibilidade para a formação cidadã na realidade escolar. A pesquisa bibliográfica em educação geográfica para a cidadania fundamentou-se em Callai (2001; 2018), Cavalcanti (2012) e García-Perez (2021) e a pesquisa documental a partir de Brasil (2018) Base Nacional Comum Curricular-BNCC e do Novo Currículo para Geografia conforme Teresina (2018). Devido à complexidade de estudar todos os anos, optou-se pelos anos iniciais (do 1º ao 5º ano) com vistas a perceber as características da formação e promoção da cidadania a partir do ensino de Geografia com ênfase nas unidades temáticas e objetos do conhecimento. Concluiu-se que há valorização de práticas educativas na perspectiva da construção da cidadania, pois foi revisado e atualizado de acordo com as orientações da BNCC. Dessa maneira, a Geografia é necessária como contribuição no processo de ensino-aprendizagem, ao promover reflexões sobre a sua vivência, em parceria com docentes, currículo e escola, no sentido de que os conhecimentos geográficos no currículo sejam estudados e não se caracterizem meramente como utopia.

Palavras-Chave: Educação Geográfica; Currículo; Cidadania; Teresina.

1 O autor Miguel da Silva Neto, é bolsista do Programa de Demanda Social da CAPES. Nossos agradecimentos pelo apoio à pesquisa.

2 Discente do Mestrado em Geografia da UFPI. netomiguel73@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-6586>

3 Discente do Mestrado em Geografia da UFPI. profrancisca.43@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5144-9199>

4 Docente do PPGGEO e do PPGPP da UFPI. raimundolenilde@ufpi.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>

Abstract

Educating for citizenship means training autonomous people, who know and exercise their rights and duties in society, considering that from scientific discussions carried out in school teaching-learning situations, through didactic mediation, the internalization of scientific knowledge consolidates. In this context, the text aims to discuss the contribution of the Geography discipline, as part of the curricular structure used in the municipal education network of Teresina/PI, as a possibility for citizen formation in the school reality. The bibliographic research on geographic education for citizenship was based on Callai (2001; 2018), Cavalcanti (2012) and García-Perez (2021) and the documentary research based on the National Common Curricular Base - NCCB, Brazil (2018) and of the New Curriculum for Geography, according to Teresina (2018). Due to the complexity of studying every year, the initial years (from 1st to 5th year) were chosen in order to understand the characteristics of the formation and promotion of citizenship from the teaching of Geography with an emphasis on thematic units and objects of knowledge. It was concluded that the valorization of educational practices in the perspective of the construction of citizenship, as it was revised and updated according to the guidelines of the BNCC. In this way, it is concluded that Geography is important for the construction of the teaching-learning process, by promoting reflections on its experience, in partnership with teachers, curriculum and school, in the sense that geographic knowledges in the curriculum are studied and not characterized merely as utopia.

Keywords: Geographic Education; Resume; Citizenship; Teresina.

Introdução

O currículo possui trajetória longa que necessita de estudos e pesquisas para o entendimento de sua constituição, ao mesmo tempo em que mesmo diante dos estudos que foram desenvolvidos ao longo dos anos, definir a conceituação para o currículo é um movimento complexo, diante de subjetivações existentes, em função de posicionamentos teóricos, científicos, além de realidades empíricas e interesses particulares, esse por último, transforma o currículo em objeto de poder, de disputa.

Para Sacristán (2013, p. 16) “[...] o currículo também tem o sentido de construir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo”, além disso, o currículo seria o direcionador do processo de ensino-aprendizagem, nele estariam contidos os conteúdos que os alunos devem ter acesso ao longo da sua trajetória no âmbito da educação.

E ainda nessa perspectiva, o currículo pode ensinar como argumenta Sacristán (2013, p. 17) “[...] o currículo a ensinar é uma seleção organizada dos conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regulam a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade”, é a base para que os conteúdos sejam sistematizados, o que evita desorganização ou justaposição.

Em relação ao objeto de estudo, o Currículo de Geografia de Teresina/PI, questionou-se: será que esse documento, de fato, garante a seleção de conteúdos da disciplina Geografia, de forma que a comunidade escolar tenha os fundamentos necessários para construir a sua cidadania? De que maneira o currículo traz a prática cidadã pelo viés geográfico, quer na abordagem teórica ou na realidade prática?

Nesse sentido, o objetivo foi estudar alguns aspectos do currículo municipal da disciplina Geografia, nos anos iniciais, a partir do esforço para perceber a educação geográfica para a cidadania por meio das unidades temáticas e objetos do conhecimento.

Para os objetivos que foram propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que de acordo com Severino (2007, p. 122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos [...]”, nesta perspectiva, a pesquisa de materiais ocorreu mediante a consulta em artigos, livros e periódicos de autores que discutem os aspectos abordados neste texto.

Apontamentos Sobre Educação Geográfica Para a Cidadania

Ao longo da trajetória durante o processo de educação, os jovens vão às escolas para ter acesso ao conhecimento científico aos longos dos anos, nesse sentido, Deon e Calai (2018, p. 277) dizem que “[...] é importante que os currículos das escolas incluam o conhecimento poderoso que, uma vez adquirido pelos jovens, possa influenciar na forma como poderão interpretar e transformar sua realidade social e o contexto em que vivem”, para que, dessa forma, os alunos possam construir uma visão crítica e participativa no seu lugar de vivência. Souto e Claudino (2019, p. 4-5) argumentam que “à Geografia compete colaborar na construção do conhecimento das instituições e, sobretudo, na explicação dos problemas socioterritoriais, para favorecer a participação cidadã.”

portanto, a partir dos conteúdos do currículo, o aluno pode construir as habilidades necessárias para participar em sua comunidade.

E nessa perspectiva, sob a ótica da educação geográfica, as mesmas autoras ainda comentam que, “[...] a educação para a cidadania é aquela que proporciona, além do acesso aos conhecimentos, a capacidade de construir e operar com conceitos, a formação de valores, normas para a vivência na vida pública.” (DEON; CALLAI, 2018, p. 278), ou seja, é tendo acesso ao conhecimento poderoso, que os alunos terão a capacidade de adquirir as habilidades e as competências para construir os seus conhecimentos geográficos,

[...] à educação para a cidadania pelo viés da Geografia compete o desenvolvimento de uma base conceitual, bem como a compreensão do lugar e a partir dele a ligação com as escalas de análise (local e global, global e local), possibilitando aos alunos a leitura do mundo. (DEON; CALLAI, 2018, p.286)

Segundo esses parâmetros, a cidadania é um conceito, que na educação básica, é trabalhado de forma transversal, sobretudo, nas ciências humanas, logo, ela possui diversas abordagens, na Geografia não é diferente, nos últimos anos, esse conteúdo vem sendo pautado nas discussões da disciplina, sobretudo, por conta da relação do ser humano com o espaço, tratada na Geografia, e pontuada nos documentos curriculares recentes.

E na perspectiva da cidadania, Callai (2001, p. 136) menciona que, “a educação para a cidadania é um desafio para o ensino e a Geografia é uma das disciplinas fundamentais para tanto”, diante disso, é necessário que os conteúdos das aulas de Geografia sejam trabalhados de forma que o aluno construa a sua cidadania de formas mais participativas e reais, portanto,

A construção da cidadania depende do sentimento de pertencimento ao lugar em que se vive, que a pessoa se reconheça como sujeito integrante de uma realidade, sendo parte de uma história e de um espaço construído pela vida dos homens, como fator indispensável para a comunidade, e não como simplesmente mais um integrante no mundo. (CALLAI, 2018, p.27)

Nesse sentido, a escola possui papel fundamental na formação cidadã, essa ideia já é clara, portanto, é necessário delimitar significados mais concretos do conceito de cidadania até porque de acordo com Cavalcanti (2012, p. 46), “formar cidadão é um projeto que tem como centro a participação política e coletiva das pessoas nos destinos da sociedade e da cidade”, ou seja, a

participação ativa nas decisões e no pensamento do seu espaço de vivência é essencial para a concretude da cidadania, bem como a sua prática.

Ao reiterar essa ideia, Deon e Callai (2018, p. 273) argumentam que “a escola é a instituição que possui como atribuição promover o avanço da educação e do conhecimento e, por isso, garante às novas gerações o acesso ao que a humanidade produziu ao longo do tempo.”, e já que tal atribuição é dada a essa instituição as mesmas complementam que “[...] a educação para a cidadania é aquela que proporciona, além do acesso aos conhecimentos, a capacidade de construir e operar com conceitos, a formação de valores, normas para a vivência na vida pública.” (DEON; CALLAI, 2018, p. 278).

Ainda nesse segmento, Garcia-Perez (2021, p. 40), considera que a educação objetiva formar cidadãos que sejam capazes de resolverem os problemas sociais e ambientais “es evidente que el sistema escolar – y por tanto el currículum – debería centrarse en educar ciudadanos y ciudadanas del mundo (no de un territorio concreto) de hoy (no del ayer), con implicación en el presente y con la mirada en el futuro”.

Assim, tendo em vista os problemas da humanidade (econômicos, sociais, políticos e ambientais), que ocorrem em escala planetária, o autor pontua que uma educação para a cidadania se torna urgente. Entretanto, uma educação nesses moldes, exige uma redefinição do modelo de cidadania, bem como, do modelo educacional. Nesse contexto, a educação deve ser pensada na perspectiva de uma cidadania global. García-Perez, chama a atenção para a potencialidade da Geografia, para formar cidadãos na perspectiva da cidadania.

[...] tampoco hay dudas acerca de las potencialidades de la geografía para educar en ciudadanía. La geografía – las diversas geografías – siempre se ha ocupado de los problemas espaciales, en sus distintas escalas de análisis, y la enseñanza de la geografía siempre ha tenido como finalidad básica la comprensión de dichos problemas. En ese sentido, la educación geográfica enseña a ser ciudadanos del mundo como ámbito de las actividades humanas, en cuanto que ayuda, junto con otras disciplinas, a identificar y situar en el espacio los problemas antes citados, a analizar sus características, a valorar sus consecuencias, en definitiva, a intervenir de forma responsable y comprometida en la realidad (GARCÍA-PEREZ, 2021, p. 41).

Nesse debate, García-Perez (2021), aponta alguns entraves ao ensino de Geografia voltado para a cidadania. Esses problemas, na perspectiva do autor, são de ordem epistemológica e metodológica. A prática pedagógica ainda é realizada de forma mecânica e com escassa reflexão sobre o conhecimento geográfico. Ressalta-se a necessidade de refletir sobre o conhecimento escolar, no sentido de que haja um planejamento didático que considere de maneira integrada as dimensões epistemológica, psicológica, sociogenética e ideológica, visando a aprendizagem do aluno, na perspectiva da cidadania.

Por fim, o autor apresenta uma alternativa que permite o aproveitamento da potencialidade da Geografia, enquanto disciplina capaz de fornecer elementos para que os educandos compreendam a sociedade em que vivem e possam nela atuar. Para isso, propõe um modelo didático baseado na “investigación escolar” de problemas sociais e ambientais. O princípio básico norteador dessa ideia seria a “investigación de problemas”, aplicados tanto à formação do aluno como do professor.

Percebe-se, portanto, que a escola é um dos principais espaços onde a construção e concretização da cidadania ocorre. Mas Callai e Moraes (2017, p. 87) destacam que “A escola por si só não “cria cidadania”, mas a partir do seu instrumental e do seu papel na vida dos estudantes pode contribuir.”, logo, se percebe que a escola não é unicamente responsável por esse processo, ela faz parte de um conjunto de instituições que juntas contribuem para a construção da cidadania.

A Educação Geográfica no Currículo de Geografia de Teresina

As primeiras escritas sobre currículo, conforme Silva (2005), foram realizadas por Bobbit, no livro *The Curriculum*, em 1918, tendo a fábrica como seu modelo institucional e como inspiração teórica, a administração científica de Taylor. Nesse contexto, o currículo especificava os objetivos, procedimentos e métodos, com vistas à obtenção de resultados mensuráveis. Baseado em práticas burocráticas e ensino mecânico, buscava produzir resultados satisfatórios para servir à sociedade daquele contexto histórico.

O autor sustenta a ideia de que a questão central das teorias do currículo é saber o que ensinar. Associada a essa questão, está a pergunta: O que eles ou elas devem saber? Dessa forma,

o currículo relaciona-se a poder, posto que, decide o que deve ser ensinado e aprendido. Young (2007), contribui com o debate sobre conhecimento e currículo, diferenciando “conhecimento poderoso” e “conhecimento dos poderosos”. Para ele, o conhecimento poderoso, pode fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo, sobrepondo-se, então, ao conhecimento dos poderosos, produzindo conhecimento verídico e, portanto, cidadão.

Nessa perspectiva, o conceito de currículo, desde seu uso inicial, representa a expressão e a proposta da organização dos segmentos e fragmentos dos conteúdos que o compõem. Logo, o documento é uma espécie de ordenação que articula os episódios isolados das ações, pois nessa organização, os conteúdos ficariam desordenados, isolados entre si ou simplesmente justapostos, provocando, assim, uma aprendizagem fragmentada e desarticulada. (SACRISTÁN, 2013)

Na mesma perspectiva da educação geográfica, é importante a abordagem sobre a realidade escolar, tendo em vista que o contexto da escola é de fundamental importância para as discussões sobre o currículo e a escola. Nesse contexto,

Sin embargo, la realidad escolar nos muestra un panorama poco satisfactorio en relación con estos loables propósitos. Es evidente que no basta con proclamar esta finalidad ni tampoco con el empeño (incluso la buena voluntad) de la administración educativa, de los diseñadores de currículos ni de los propios profesores y profesoras. Algo no funciona. Basta con observar los resultados escolares, la opinión del alumnado y del profesorado y sobre todo la dinámica de las aulas para comprender que hay algunos importantes obstáculos que dificultan el logro de la noble finalidad educativa a la que nos estamos refiriendo. En efecto, la enseñanza de la geografía no parece estar contribuyendo a formar jóvenes ciudadanos y ciudadanas que comprendan los graves problemas del mundo del siglo XXI y dispongan de instrumentos (incluyendo aquí actitudes y compromiso real) para intervenir en su solución. (GARCÍA-PÉREZ, 2021, p. 5)

A análise conjuntural do Século XXI aponta as problemáticas curriculares existentes dentro do espaço escolar, seja com relação aos conteúdos ministrados, seja na satisfação dos mesmos, no sentido de conhecer os obstáculos impeditivos do conhecimento e a sua reflexão.

Nesse sentido, de forma a organizar os conteúdos educacionais que serão ministrados na educação básica, o currículo apresenta-se como um documento direcionador de tal ideia, nessa perspectiva, pode-se ter currículos que sejam tomados como uma base nacional, regional e local.

No caso brasileiro tem a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que para Brasil (2018)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).(p. 5)

Logo, percebe-se que ela é um documento direcionador mais geral, que é a base nacional que contém as aprendizagens básicas que os estudantes do país devem adquirir durante o seu percurso na educação básica. Desse modo, o documento, como citado anteriormente, traz as aprendizagens essenciais, que na BNCC são dez, e para o documento, a competência segundo Brasil (2018, p. 6) é entendida como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.

Nessa perspectiva o currículo municipal de Teresina-PI, sobretudo, com relação ao da disciplina Geografia, que possui relação com a BNCC, uma vez que o currículo da cidade incorporou características locais a partir das orientações curriculares propostas no documento nacional, proporcionando aos alunos o conhecimento da Geografia da cidade. Em contrapartida, esse currículo foi ampliado com orientações do currículo local, pois apresentou competências acrescentadas pelos seus desenvolvedores, segundo Teresina (2018, p. 55).

Observar, conhecer, explicar, compreender, comparar e representar são algumas das competências que, plenamente desenvolvidas, permitirão aos estudantes conhecerem as características dos lugares e dos principais processos que formam as paisagens onde vivem, possibilitando que ampliem sua leitura de mundo a partir da Geografia.

Quando citada a questão da leitura de mundo, é possível notar que o documento orienta que a leitura geográfica valoriza as vivências dos alunos, os seus olhares empíricos e descritivos diante da realidade e tomar tais características como o ponto de partida para problematizar os conteúdos que são propostos em sala de aula é um importante elemento para concretizar o estudo de conteúdos necessários para a educação cidadã. E nessa perspectiva, o documento pontua que,

[...] é importante que o estudante, a partir do lugar, consiga compreender o mundo, percebendo as conectividades em diferentes escalas, atribuindo sentidos às dinâmicas das relações entre pessoas e grupos sociais e, destes, com o meio geográfico. (TERESINA, 2018, p. 55)

Pelo fato de ser um documento municipal, ele contempla as escolas de educação básica municipal, ou seja, atende ao ensino fundamental, do 1º ao 9º ano e, portanto, na faixa etária associada a esse nível de ensino, é importante o desenvolvimento da capacidade de leitura do mundo através de diferentes formas de percepção e de conhecimento do espaço geográfico. (TERESINA, 2018)

O currículo de Teresina, também pontua as concepções geográficas ao longo do seu processo de sistematização, abordando as principais características das correntes do pensamento geográfico, tal movimento interessante, pois, nesse momento do documento, podemos perceber quais são os seus direcionamentos teóricos. Logo, para Teresina (2018, p. 57), “a Geografia é uma Ciência comprometida com a leitura do mundo. Isso significa compreender os processos que constituem o meio, bem como as interações que resultaram na construção do espaço geográfico por meio das técnicas”, percebe-se a presença de uma perspectiva da Geografia crítica notado quando o documento trata da relação homem, natureza e sociedade, e as transformações do espaço natural por meio das técnicas, que originam o espaço geográfico.

E para a compreensão dessa relação, e das transformações que acontecem no espaço, a partir da leitura da paisagem, do lugar, do território e da região, é possível criar condições para o conhecimento e a transformação da realidade vivida, aspectos que relacionam o ensino de Geografia à construção da cidadania, objetivo principal da educação, ou seja, propiciar a problematização dos conteúdos, a fim da construção da cidadania, o que o próprio documento reforça quando diz que “Ensinar a ler e a pensar o espaço, especialmente o espaço vivido, seus processos e suas transformações, é fundamental na formação de um indivíduo autônomo, crítico e sujeito de sua própria história”, Teresina (2018, p. 58).

Nesse contexto, do ensino de uma Geografia contemporânea e crítica, a elaboração de um currículo de Geografia para Teresina, voltado para o ensino fundamental, pressupõe olhares e

saberes sobre essas transformações pelas quais passam o mundo e que podem ser notados da escala local à global. Portanto, compreender tais transformações requer a aprendizagem de alguns conteúdos, que o próprio currículo traz,

Temas diversos da atualidade, como a diversidade étnico-racial, a cidadania e a questão ambiental, discutidos por diversas disciplinas, requerem, por parte dos estudantes, saberes que foram construídos historicamente, como reflexos vivenciados a partir da cultura local e da dimensão do lugar. (TERESINA, 2018, p. 69)

Nesse sentido, é papel do ensino de Geografia abordar tais temas, de forma científica, sobretudo, cedendo espaço para uma discussão mais abrangente e engajada com o estudo e conhecimento dos processos e fenômenos geográficos na formação global e local da sociedade de maneira geral.

A Geografia é, assim, parte fundamental na contribuição para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos em diferentes escalas, habilidades, valores que ampliam a capacidade de os estudantes compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa proposição que tem a escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas e diversidade de saberes, que o currículo de Teresina busca valorizar ao longo do ensino fundamental. (TERESINA, 2018)

Na organização sobre o ensino e aprendizagem de Geografia, o currículo de Geografia de Teresina reforça a distribuição do ensino fundamental em quatro ciclos, o primeiro compreende o 1º ano, o 2º ano e o 3º ano, o segundo (4º e 5º ano), o terceiro (6º e 7º ano) e o quarto (8º e 9º ano), configuração semelhante a BNCC, pois para o currículo de Teresina,

Do ponto de vista pedagógico, esse modo de organização do ensino em ciclos tem sido defendido sob o argumento de melhorar o aproveitamento do tempo e do espaço escolares, do respeito aos ritmos e dos processos de aprendizagens, da eliminação da cultura da repetência instalada na escola e da preservação da autoestima dos estudantes. (TERESINA, 2018, p. 73)

Sendo que nos dois primeiros anos do ensino fundamental (1º ciclo/anos iniciais), a ação pedagógica deve focar na alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de

letramentos, que a Geografia e outras ciências precisam para serem compreendidas. (TERESINA, 2018).

Na passagem do 1º Ciclo (1º e 2º e 3º anos), para o 2º Ciclo (4º e 5º anos), o estudante já consegue ampliar sua autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhe possibilita lidar com sistemas mais amplos que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com o espaço, a história, a cultura, as tecnologias e a natureza. Na transição do 2º Ciclo (4º e 5º anos) para o 3º Ciclo (6º e 7º anos), ocorrem mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. No 6º ano, por exemplo, ocorre uma retomada da identidade sociocultural, momento em que os estudantes devem reconhecer o processo de formação e transformação das paisagens geográficas, diferenciá-las e entender os conceitos de espaço, paisagem, lugar e natureza. (TERESINA, 2018)

O currículo municipal de Teresina traz, na sua estrutura, conceitos gerais norteadores do ensino de Geografia como, Objetos Técnicos, Raciocínio Geográfico e Pensamento Espacial, Meio técnico-científico informacional, Consciência socioambiental, que podem ser identificados ao longo da sua fundamentação.

No documento, são apresentados quadros contendo as unidades temáticas (o sujeito e seu lugar no mundo, conexões e escalas, formas de representação e pensamento espacial, divisão social e territorial do trabalho, natureza: meio geográfico e qualidade de vida) definidas previamente, os objetos do conhecimento, as habilidades e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o propósito inicial do texto é tratar dos dois primeiros itens, a seguir serão apresentados quadros e discutidos os itens que mais deixam em evidência a educação geográfica para a cidadania.

Quadro 1 - 1º ano do Ensino Fundamental

<i>Bimestre</i>	Unidades temáticas	Objetos do conhecimento
<i>1º bimestre</i>	<i>O sujeito e seu lugar no mundo</i>	<i>A criança: como sou (nome como forma de identificação). / regras de convivência</i>
<i>2º bimestre</i>	<i>O sujeito e seu lugar no mundo</i>	<i>Teresina como lugar de vivência e manifestações culturais: a moradia, a rua, a escola, o bairro, a cidade.</i>

Fonte: Teresina (2018). Elaborado por: Silva Neto (2021)

Como pode ser percebido no quadro 01 referente ao primeiro ano, há uma introdução, nos dois primeiros bimestres, do aluno no seu espaço de vivência, onde ele primeiramente se autoconhece através do objeto do conhecimento do primeiro bimestre, aqui o aluno também passa a aprender as regras de convivência ou grupo, que de certa forma envolve a cidadania, que influi na convivência em sociedade.

No segundo bimestre, com o objeto do conhecimento proposto, o aluno vai compreender a cidade onde vive, desde uma perspectiva mais geral até a local, ou seja, desde o local em que ele possui ligação, afetividade, a compreensão de processos que lhe são alheios, tendo assim, desde já, uma visão mais completa dos fenômenos.

Quadro 2 - 2º ano do Ensino Fundamental

Bimestre	Unidades temáticas	Objetos do conhecimento
<i>1º bimestre</i>	O sujeito e seu lugar no mundo	Convivência e interação entre as pessoas na comunidade
<i>2º bimestre</i>	Natureza: meio geográfico e qualidade de vida	Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade
		Usos do solo e da água no município de Teresina

Fonte: Teresina (2018). Elaborado por: Silva Neto (2021)

No segundo ano, diferente do primeiro, a perspectiva da educação geográfica para a cidadania é identificada em duas unidades temáticas. Na unidade “o sujeito e seu lugar no mundo”, o objeto do conhecimento sugerido reforça o que o primeiro ano já traz que é a convivência em comunidade que possibilita o relacionamento com outras pessoas.

Já na unidade temática “natureza: meio geográfico e qualidade de vida”, o objeto do conhecimento destacado no quadro trata sobre a utilização do recurso natural água, de maneira geral e local, o que deixa subentendido que a partir desse objeto, pode-se construir problematizações que contribuam para a formação crítica do aluno.

Quadro 3 - 3º ano do Ensino Fundamental

BIMESTRE	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DO CONHECIMENTO
2º bimestre	Conexões e escalas	Espaço público teresinense
		Mudanças no uso do solo em Teresina

Fonte: Teresina (2018). Elaborado por: Silva Neto (2021)

Já no terceiro ano, somente foi identificado a perspectiva da cidadania no segundo bimestre, na unidade temática “conexões e escalas”, pois o objeto proposto discute o espaço público da cidade, ou seja, o que é comum a todos da sociedade, portanto, a aluno conhecerá esses espaços, e nessa perspectiva o segundo objeto destacado está relacionado com o primeiro, e claramente, está dentro da perspectiva de uma educação cidadã

Já que trata das transformações do solo da cidade, portanto, trata das configurações e reconfigurações do espaço, e conseqüentemente dos processos secundários que estão relacionados a tais mudanças, sob uma perspectiva social, econômica e natural.

Quadro 4 - 4º ano do Ensino Fundamental

Bimestre	Unidades Temáticas	Objetos Do Conhecimento
1º bimestre	O sujeito e seu lugar no mundo	Território e diversidade cultural
		Processo de formação do povo brasileiro
3º bimestre	O sujeito e seu lugar no mundo	Formação histórico-territorial do Piauí
4º bimestre	O sujeito e seu lugar no mundo	Instâncias do poder público e formas de participação social

Fonte: Teresina (2018). Elaborado por: Silva Neto (2021)

No quarto ano, já se conseguiu identificar mais características que contribuem para a construção da cidadania; no primeiro bimestre tem dois objetos do conhecimento que tratam bem essa questão, o primeiro, conforme o quadro, trata do conceito de território e as diversidades contidas neles, propiciando o conhecimento da diversidade cultural, no caso piauiense, por exemplo, as riquezas culturais das cidades. E em nível de Brasil, já no segundo objeto, conhecer como se deu a formação do seu povo, tratando, assim, de diversos processos.

No terceiro bimestre do quarto ano, já numa perspectiva mais local, após compreender características do Brasil, o aluno conhecerá como se deu a formação do território do Piauí sob uma perspectiva histórica. Tais movimentos, objetivados nas unidades temáticas contribuirão para que o aluno tenha instrumentos que lhe possibilite conhecer o seu espaço, e, dessa forma, ser capaz de atuar no mesmo, que é a perspectiva que o objeto do quarto bimestre propõe.

Quadro 5 - 5º ano do Ensino Fundamental

Bimestre	Unidades Temáticas	Objetos Do Conhecimento
1º bimestre	O sujeito e seu lugar no mundo	Dinâmica populacional: 1. Distribuição de diferentes grupos sociais e desigualdades territoriais 2. Movimentos e reivindicações sociais

Fonte: Teresina (2018). Elaborado por: Silva Neto (2021)

Por fim, no primeiro bimestre do quinto ano, o objeto do conhecimento destacado trata da dinâmica populacional, sobretudo, quando discute a distribuição dos grupos dentro do território, em suas diferentes escalas, e das desigualdades que estão no bojo desse movimento, e das lutas e reivindicações sociais do povo, que vivenciam esses movimentos em seu cotidiano. Tal movimento é necessário, pois apresenta ao aluno, as lutas existentes na sociedade, dando-lhe a chance de se mobilizar, quando não se conformar com alguma situação do seu dia a dia.

Conforme pode ser observado nos cinco quadros, referente a cada ano do ensino fundamental (anos iniciais), das cinco unidades temáticas foram identificados caminhos para a educação geográfica para a cidadania de forma mais evidente em três delas, podendo notar de forma mais clara nos objetos do conhecimento, pois a partir deles, pode-se perceber a construção que é realizada, pois o aluno começa a compreender o seu lugar, e vai perpassando pelo conhecimento do seu local de vivência, das construções históricas, até a compreensão das transformações e configurações do espaço.

Considerações Finais

A educação geográfica para a cidadania proporciona a construção do conhecimento, de forma construtiva, que alia os estudos geográficos e a vivência cotidiana, a fim de promover a aprendizagem participativa e crítica. E a instituição escolar é a responsável por essa garantia e o

currículo sendo um documento científico que organiza os conteúdos adequados aos níveis de ensino-aprendizagem dos discentes, é o maior aliado da escola para promover a construção dessa aprendizagem crítica e participativa.

Na análise do Currículo de Geografia de Teresina/PI (anos iniciais), a partir de discussões das unidades temáticas e dos objetos do conhecimento, verificou-se a perspectiva de valorização e construção da cidadania, pois foi revisado e atualizado de acordo com as orientações da BNCC. A semelhança entre os dois documentos concretiza-se tanto no aspecto estrutural e organizacional quanto nas discussões teóricas, com ênfase no processo de ensino-aprendizagem construtivo, em conjunto com as vivências individuais e coletivas do(a)s discentes.

Dessa maneira, conclui-se que a Geografia, como disciplina escolar, é essencial para contribuir com o ensino-aprendizagem discente, ao propiciar reflexões sobre a sua vivência, em colaboração entre docentes, currículo e escola, no sentido de que os conhecimentos teóricos do currículo sejam estudados e não se caracteriza apenas como utopia.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2021
- CALLAI, H. C.. Educação geográfica para a formação cidadã. **Revista de Geografia Norte Grande**, v. 70, p. 9-30, 2018.
- CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educar para a formação cidadã na escola. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**, nº 494 (02), 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/issue/view/1288>. Acesso em 15 set. 2021.
- CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação Geográfica, Cidadania E Cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. p.82-100. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4771>. Acesso em 01 set. 2021.
- CALLAI, H. C. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/issue/archive?issuesPage=2#issues>. Acesso em 21 set. 2021.
- CAVALCANTI, L. S. **O ensino de Geografia na escola**. Papirus: Campinas-SP, 2012.

DEON, A. R.; CALLAI, H. C. A Educação Escolar e a Geografia como Possibilidades de Formação para a Cidadania. **CONTEXTO & EDUCAÇÃO: Editora Unijui**, Ano 33, nº 104, p. 264-290. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6741>. Acesso em 15 set. 2021.

GARCÍA-PÉREZ, F. F. Algunas dificultades del profesorado de Geografía para educar en ciudadanía. **Didacticae**, 2021, p.9, 39-52.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. 1ª ed. Editora Pense. 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUTO, X. M.; CLAUDINO, S. Construimos uma educação geográfica para a cidadania participativa. O caso do Projeto Nós Propomos!. **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, V.1, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171>. Acesso em 02 out. 2021.

TERESINA, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Novo Currículo para Geografia**. Teresina: PMT, 2018. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/46/2019/06/Curriculo_SEMEC_Teresina_2018.pdf. Acesso em 12 nov. 2021.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educ. soc.**, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.